

Professores podem ter piso

Salário seria nacional para os docentes do ensino pré-escolar e do primeiro grau

ANTÔNIO CARLOS SILVA

BRASÍLIA — A fixação em R\$ 300,00 como piso nacional de salário para os professores do ensino pré-escolar e de primeiro grau é um dos desafios na área de educação que o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso enfrentará logo nos primeiros meses de seu governo, que começa dia 1º de janeiro. A elevação do salário dos professores a nível federal, estadual e municipal, que hoje é em média de R\$ 166,00 (US\$ 200), faz parte do Plano Decenal de Educação Para Todos que prevê até o ano 2003 o atendimento escolar de 3,4 milhões de crianças. O plano estabelece o aumento de investimentos em educação dos atuais 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para 5,5%.

Nessa quarta-feira, no Palácio do Planalto, o presidente Itamar Franco e o ministro da Educação, Murílio Hingel, assinam o pacto pela valorização do magistério e a melhoria na qualidade do ensino básico, ratificando a posição do governo de criar em um ano, a partir do dia 1º de janeiro, o piso salarial de R\$ 300,00 para o magistério. O plano do Ministério da Educação (MEC) estabelece o mínimo salarial para os professores e fixa um novo regime de 40 horas semanais de trabalho contra as atuais 20 horas. "O Brasil busca uma política de educação desde a época do Império", afirmou Célio da Cunha, secretário de política educacional do MEC.

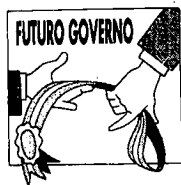
A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) divulgou uma tabela com os salários dos professores, em início de carreira, mostrando que a remuneração básica do magistério variava, em julho, de no máximo de R\$ 177,40 ao

mínimo de R\$ 18,34, respectivamente, nos Estados do Espírito Santo e no do Piauí. Conforme dados do MEC há no Brasil hoje cerca de 1,2 milhão de professores de ensino básico. A decisão de fixar em R\$ 300,00 o piso salarial do magistério, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, provocará, conforme análises do MEC, mudanças no ensino público do País. Além do salário, o professor permanecerá mais tempo com os alunos — ensino integral — e a cobrança por um ensino melhor será mais enfática.

As mudanças na educação, após as medidas que serão tomadas pelo novo presidente da República, segundo esses estudos no MEC, terão seus reflexos nas esferas estadual e municipal, onde se concentram mais de 95% do total dos professores no Brasil. De acordo com o MEC há 115.120 mil professores na pré-escola — 74.194 a nível municipal, 39.743 estadual e apenas 1.183 federal. No primeiro grau os números ultrapassam 1,1 milhão de professores. Nos municípios concentram-se 420.419 mil professores; nos Estados, 741.355 mil e a nível federal só 7.073 professores, totalizando 1.168.847.

Num estudo recente, Célio da Cunha sustenta que o fracasso do ensino básico no País está trazendo preocupações a todos segmentos sociais. "Setores da elite brasileira começam a se preocupar com a educação básica, constatando os efeitos e os perigos para o futuro do País dessa omissão histórica, que foi fundamentalmente uma omissão das elites", afirmou em seu estudo Plano Decenal: Fundamentos, Trajetória e Alcance Social. "Acumulou-se um enorme déficit cultural", disse.

Conforme tabela da CNTE, no mês de julho, o salário-base do magistério (20 horas semanais), nos principais Estados da Federação era: SP, R\$ 102,77; RJ, R\$ 72,00; MG, R\$ 95,83; ES, R\$ 61,04; BA, R\$ 96,29; PR, R\$ 83,76; DF, R\$ 69,44.



**ITAMAR E
HINGEL
ASSINAM
PACTO HOJE**

de R\$ 300 em 95